



## INSTRUMENTOS E MECANISMOS DE PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS NA AMAZÔNIA

**Daiane Barbosa de Oliveira<sup>1</sup>; José das Dores de Sá Rocha<sup>2</sup>**

**RESUMO** – Este trabalho teve como objetivo identificar e caracterizar os instrumentos e mecanismos de pagamentos por serviços ambientais (PSA) na Amazônia, como incentivo para valorizar a floresta em pé e proporcionar benefícios para a população local pelos serviços ambientais prestados pelos ecossistemas. O estudo foi realizado na região da Amazônia Legal, por meio de levantamento de programas, projetos e demais ações de PSA, no período de agosto de 2011 a Julho de 2012. A pesquisa consistiu em identificar os principais pagamentos por serviços ambientais na Amazônia e seus respectivos mecanismos de implementação. Os resultados revelam que as iniciativas de PSA vigentes na Amazônia, se resumem em quatro instrumentos: Proambiente, Bolsa Floresta, Projeto Florestal Carbono Suruí e o Bolsa Verde, e os mecanismos de pagamentos estão classificados como diretos e indiretos com intermediários, tais mecanismos são viabilizados principalmente via programas ou intervenção governamental.

**Palavras-chave** – Proambiente; Amazônia Legal; Bolsa Verde; Sustentável.

## ENVIRONMENTAL SERVICES PAYMENTS : INSTRUMENTS AND MECHANISMS IN THE AMAZON

**ABSTRACT** – This work aims at the identification and characterization of payment instruments and mechanisms for environmental services in the Brazilian Amazon region as incentives to increase standing forest values and generating ecosystemic services to local communities. The study was carried out in the Brazilian Legal Amazon region through evaluation of programs, projects and the payment for environmental services (PES) from August 2011 to July 2012. Main PSE actions were identified together with their implementation mechanisms. Results indicate four major mechanisms: Proambiente, Bolsa Floresta, Project Carbon Surui and Bolsa Verde. Payment mechanisms fall into two categories: direct and indirect and are mostly carried out through governmental programs or actions.

**Key words** – Proambiente; Legal Amazon; Bolsa Verde; Sustainable.

## INTRODUÇÃO

---

<sup>1</sup> Discente de Eng. Florestal, bolsista voluntário CNPq/PIBIC.

<sup>2</sup> Professor do Departamento de Eng. Florestal / UNIR.



Os serviços ambientais constituem o conjunto de benefícios, diretos e indiretos, obtidos pela sociedade, proveniente do funcionamento dos ecossistemas. No entanto, para que os ecossistemas continuem a prover estes serviços, é necessário que estes estejam em equilíbrio o que requer a redução dos impactos gerados pelo homem. Neste contexto, a de criação dos mercados de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA), surge como mecanismo de remunerar direto ou indiretamente, os agentes que fazem proteção do meio ambiente, seja ele conservando ou produzindo serviços ambientais mediante práticas que privilegiem a manutenção da floresta em pé (IMAFLOA, 2012). Segundo Wunder et al. (2009), os principais serviços ambientais comercializados atualmente são: água, biodiversidade, captura de carbono, qualidade de solos e beleza cênica.

Neste contexto, o PSA constitui o instrumento potencial para contribuir com a manutenção da floresta em pé e beneficiar as populações que nela habita. Por conseguinte, este trabalho teve como objetivo identificar e caracterizar os instrumentos e mecanismos de pagamentos por serviços ambientais na Amazônia.

## **MATERIAL E MÉTODOS**

Este artigo foi desenvolvido a partir do levantamento das iniciativas de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA), em implementação ou já executados na Amazônia Legal. As fontes de dados e informações foram o Ministério do Meio Ambiente, Secretarias Estaduais de Meio Ambiente ou equivalente dos Estados localizados na Amazônia Legal, Nações Unidas e a rede mundial de computadores, levantados diretamente dos programas e projetos de PSA.



## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

As iniciativas de pagamentos por serviços ambientais na Amazônia se limitam a quatro iniciativas, o Proambiente, Programa Bolsa Floresta, Projeto Florestal Carbono Suruí e o Programa Bolsa Verde.

A primeira experiência posta em prática na região amazônica foi o Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural (Proambiente), sob a coordenação do MMA, tendo como foco a promoção do equilíbrio entre a conservação dos recursos naturais e produção familiar rural, por meio da gestão ambiental territorial rural, do planejamento integrado das unidades produtivas e da prestação de serviços ambientais (MMA, 2012). Os serviços ambientais adotados pelo Proambiente são: absorção do carbono atmosférico; recuperação das funções hidrológicas dos ecossistemas; conservação e preservação da biodiversidade; redução das perdas potenciais dos solos e nutrientes, e redução da inflamabilidade da paisagem. O mecanismo de PSA do Proambiente é indireto com intermediário, pois não há base legal para o repasse financeiro diretamente para o produtor rural, portanto o pagamento realizado às famílias se deu por meio de contratação de serviços para elaboração de implantação dos planos de utilização das propriedades.

Seguido pelo Programa Bolsa Floresta, instituído pelo Governo do Estado do Amazonas, por meio de Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. O Programa, de PSA, é o primeiro do Brasil a receber certificação internacional por dispor de mecanismo de beneficiar diretamente as populações. É constituído por quatro componentes básicos que são: Renda, Social, Associação e Familiar. Visa incentivar a produção sustentável, melhorar a educação e saúde da população, fortalecer o controle social do programa e recompensar financeiramente as famílias do



programa. O mecanismo de PSA do Bolsa Floresta é realizado por intermédio da Fundação Amazonas Sustentável, que gerencia o Fundo criado especificamente para financiar o programa, caracterizando-o como mecanismo de PSA direto, porém com intermediário para o pagamento.

Dentre as iniciativas, única que surgiu fora esfera estatal, embora tenha a participação dele, é o Projeto Florestal Carbono Suruí, que é um PSA que ocorre em terras indígenas. O Projeto foi desenvolvido através da iniciativa da Comunidade Paiter Suruí, com objetivo de encerrar as atividades de desmatamento e venda ilegal de madeira visando preservar a floresta em pé e gerar benefícios à comunidade. O Projeto baseia-se em quatro eixos temáticos: Fiscalização e Meio Ambiente; Segurança Alimentar e Produção Sustentável; Fortalecimento Institucional; Desenvolvimento e implantação de um mecanismo financeiro, com objetivo de valorizar a cultura, a conservação, proteção e sustentabilidade das terras, visando conter o desmatamento e suas respectivas emissões de Gases de Efeito Estufa (IDESAM, 2012). Para a gestão financeira do Projeto foi criado um mecanismo de PSA específico, o Fundo Suruí gerido e operacionalizado pelo Fundo Brasileiro de Biodiversidade (FUNBIO), que é responsável por fazer os repasses financeiros para os Paiter Suruí. Todavia, a principal fonte de recurso é a cooperação internacional, com destaque para o Fundo para o Meio Ambiente Mundial, o GEF, e o governo alemão através do banco de desenvolvimento KfW e o Tesouro Americano através da USAID, e em menor escala também recebe recursos provenientes de ONGs e fundações internacionais.

Caracterizado com Mecanismo de PSA indireto, onde a comunidade é beneficiada com melhoria na qualidade de vida, englobando melhorias na saúde, educação, resgate e transmissão da cultura, através da língua, da medicina tradicional e das crenças.

Por último, o Programa bolsa Verde, uma iniciativa do Governo Federal, coordenado pelo



Ministério do Meio Ambiente, com objetivos de incentivar a conservação dos ecossistemas, entendida como sua manutenção e uso sustentável; Promover a cidadania; Melhorar as condições de vida e elevar a renda da população beneficiária; Incentivar a participação de seus beneficiários em ações de capacitação ambiental, social, educacional, técnica e profissional. O Mecanismo de PSA do Bolsa Verde é caracterizado de forma direta com intermediário, feito pela Caixa Econômica Federal que é o agente operador do Programa, fazendo os repasses financeiros diretamente aos beneficiários. No entanto, a remuneração visa incentivar os beneficiários pela conservação de determinadas áreas e adoção de atividades sustentáveis.

## **CONCLUSÃO**

De maneira geral, os mecanismos de PSA é uma iniciativa promissora em busca de propostas de conservação ambiental aliada ao bem-estar das populações das florestas que fazem sua proteção, porém as iniciativas identificadas se limitam às comunidades residentes de Unidades de Conservação, assentamentos e Terras Indígenas, havendo à necessidade de mais estudos abrangendo demais áreas e produtores rurais. A falta de um arcabouço legal, que regulamente o PSA, ainda constitui barreira para o avanço de PSA na Amazônia, muito embora os mecanismos adotados para que a remuneração chegue até o beneficiário, via mecanismo de programas sociais como os de Bolsa, tem se mostrado como positivo.

## **REFERÊNCIAS**

IDESAM. Projeto Carbono Suruí. Disponível em:  
<[http://www.idesam.org.br/projetos/carbono\\_surui.php](http://www.idesam.org.br/projetos/carbono_surui.php)>. Acesso em: 22/07/2012.



*Congresso sobre  
Recursos naturais da Amazônia Ocidental:  
Sustentabilidade Ambiental*



IMAFLORA. Disponível em: <<http://www.imaflora.org>>. Acesso em: 18/08/2012.

MMA. Disponível em: <[www.mma.gov.br](http://www.mma.gov.br)>. Acesso: 25/07/2012

WUNDER et al. 2009. Pagamento por serviços ambientais- perspectivas para Amazônia Legal.

Brasília: MMA, 2009. 144p.